Dobra o número de prefeitos indígenas eleitos no Brasil

Página 6

Balanço das conquistas indígenas

Páginas 8, 9, 10 e 16

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

ISSN 0102-0625

Ano XXX • Nº 309 • Brasília-DF • Outubro-2008

R$ 3,00

PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

STF: MAIS UM VOTO FAVORÁVEL AOS INDÍGENAS

Assim como em Raposa Serra do Sol, é a vez dos Pataxó Hã-hã-hãe comemorarem o primeiro voto favorável à demarcação de suas terras

Página 5

Indígenas durante julgamento em Brasília. Foto: Wilson Dias/ABr

Índios isolados (AC) – Foto: Gleilson Miranda / Funai

E N C A R T E

A Amazônia e os povos em situação de isolamento

Encarte do Porantim revela aspectos deste mundo pouco conhecido. Sinônimo de resistência, os grupos isolados estão ameaçados de desaparecer em decorrência das ações de desmatamento, obras estruturais, invasão dos seus territórios e do agronegócio

Opinião

A pergunta que paira

Entre os dias 10 a 13 de setembro a Aldeia Maturuca, na terra indígena Raposa Serra do Sol, viveu dias de encontro, comemoração, afirmação cultural e esperança. Lá estiveram mais de 400 lideranças para debater sobre o futuro. O objetivo principal do encontro era fortalecer, cultural e politicamente, as comunidades indígenas visando à vitória no processo sobre a terra que está em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Foram dias de cantos, danças da parixara e tucui, sons de flautas de taboca, roupas de palha e pinturas corporais, onde a diversidade e o diálogo entre as diferentes comunidades ocuparam o centro da cena. Depois das trocas culturais, as lideranças ouviram o voto comentado do ministro Carlos Ayres Britto – favorável aos indígenas. Com a participação de aliados, esclareceram dúvidas sobre o pedido de vistas, reafirmaram esperanças.

Uma pergunta pairava no ar, todo o tempo: como será o voto do ministro Menezes Direito, que pediu vistas do processo após o voto de Britto? E os votos dos demais ministros do STF?

No dia 24 de setembro, o caso sobre as terras Pataxó Hã-hã-hãe foi ao plenário do STF. Duzentos indígenas acompanharam o julgamento em Brasília, trazendo o peso de 26 anos de espera e a infinita esperança na vitória sobre as evidências das invasões criminosas. Fora do Supremo, cantaram e dançaram, com suas roupas de palha, seus corpos pintados, seus cantos religiosos, sua disposição de luta. Dentro do Supremo ouviram atentamente o voto favorável do relator, ministro Eros Grau, que emocionou e reacendeu fortes esperanças.

Entre a saída do STF e os rituais na praça, uma pergunta pairava no ar, todo o tempo: como será o voto do ministro Menezes Direito, que pediu vistas do processo após o voto de Grau. E os votos dos demais ministros do STF?

Há exatos 20 anos, em 1988, o Brasil conhecia sua Constituição Federal - fruto de um pacto político entre os setores populares organizados e as antigas elites nacionais. A nova Carta reconheceu aos povos indígenas seus direitos territoriais e culturais, respeitando suas formas próprias de ser, produzir, crer, ensinar, curar, de construir o presente e o futuro segundo seus valores, costumes e tradições, em sua própria terra.

Desde então, muitos povos indígenas perceberam que espaços se abriram para as lutas por recuperação de suas terras e para a afirmação de identidades e culturas e inúmeras organizações indígenas surgiram para canalizar as lutas. A partir do novo rumo traçado pela Constituição, terras indígenas foram demarcadas e uma nova face de país vem se revelando, extremamente rica, diversa, democrática e plural.

Resistências não faltaram, vindas daqueles que sempre desejaram manter a velha ordem, feita de exploração, preconceito e morte. Representantes destes estavam na Constituinte; nas tocaias das centenas de lideranças assassinadas; na repressão a cada retomada; na tentativa de impedir cada demarcação; no deboche e preconceito em cada matéria de jornal ou rádio. Eles estão exatamente agora, no Mato Grosso do Sul, tentando bloquear, com mentiras e violências, a aplicação da Constituição Federal para a demarcação das terras do povo Guarani Kaiowá.

A Constituição de 1988 abriu caminhos; os povos indígenas avançaram na construção de uma nova democracia em nosso país; os que rejeitam a diversidade e a fraternidade reagem em nome da antiga e injusta (des)ordem.

Uma pergunta paira no ar, todo o tempo.

Paulo Maldos
Assessor Político do Cimi

MARIOSAN

Porantinadas

Promovidos por má conduta

O governo de Ana Júlia Carepa (PT-PA) promoveu a cabos soldados que participaram do massacre de Eldorado do Carajás, em 1996. O massacre levou à morte 19 trabalhadores rurais e deixou mais de 60 feridos. A promoção dos soldados ocorreu após a governadora sancionar, em 10/10, mudanças na lei estadual permitindo que soldados pudessem ascender de cargo mesmo sendo processados, benefício já concedido a major e capitão. A governadora parece ter memória curta. Eleita com apoio de movimentos sociais ligados à questão agrária, não demorou a esquecer do massacre que é considerado marco do conflito fundiário brasileiro.

Onde está o apoio popular?

Auto-intitulado defensor dos interesses da população local de Pacaraima (RR), o atual prefeito Paulo César Quartiero (DEM) não conseguiu se reeleger. O arrozeiro, que é invasor da terra indígena Raposa Serra do Sol e lidera a oposição contra a demarcação da área, é acusado de incendiar casas dos indígenas e contratar pistoleiros para amedrontar as aldeias. A reprovação nas urnas é prova de que os interesses do arrozeiro não refletem os interesses da população. Aos desavisados: é bom ficarem atentos às histórias que ele anda contando por aí!

Governo cede ao agronegócio

O governo federal vai adiar por um ano a entrada em vigor da Lei de Crimes Ambientais. A decisão foi tomada diante da pressão de setores do agronegócio sobre o governo, que também deve modificar alguns pontos da lei para favorecer os produtores do agronegócio. Assim, o embargo de propriedades que cometerem crimes ambientais não será mais total, mas apenas da parcela onde for registrada a ocorrência e o prazo para recompor reservas naturais também aumentará de seis meses para um ano. Isso é só mais uma evidência sobre a quem serve este nosso governo.

ISSN 0102-0625

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 16/10/2008

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Paulo Maldos
ASSESSOR POLÍTICO

APOIADORES

caritas luxembourg · Misereor · UNIÃO EUROPÉIA · Dka Austria · HORIZONT 3000

Clarissa Tavares
EDITORA - RP 01580JP/CE

Marcy Picanço
EDITORA - RP: 4604/02 SP

CONSELHO DE REDAÇÃO
Antônio C. Queiroz
Benedito Prezia
Egon D. Heck
Nello Ruffaldi
Paulo Guimarães
Paulo Maldos
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3349-5274

Revisão: Leda Bosi

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Dadir de Jesus Costa

Página 16: Fotos/Arquivo Cimi com seleção de Aida Cruz

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
Caixa Postal 03.679
CEP: 70.089-970 - Brasília-DF
E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:
Ass. anual: R$ 40,00
Ass. de apoio: R$ 60,00
América latina: US$ 40,00
Outros Países: US$ 60,00

Permitimos a reprodução de nossas matérias e artigos, desde que citada a fonte. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.

Direitos Constitucionais dos Povos Indígenas

Após derrota na Constituinte, setores antiindígenas seguem articulados na tentativa de subtrair os direitos dos povos

Paulo Machado Guimarães
Assessor Jurídico do Cimi

Foto: Mayra Lima

Fotos: Egon Heck

Povos de Raposa Serra do Sol e Pataxó Hã-hã-hãe esperam decisão do STF sobre o direito de voltar a viver em seus territórios. Já os Guarani habitam em barracos improvisados enquanto vêem suas terras invadidas por fazendeiros no MS

Ao completar 20 anos de vigência da Constituição Federal, é uma vitória a permanência dos artigos de interesse dos povos indígenas, com a mesma redação aprovada em 1988, tendo em vista que, neste período, a Constituição foi alterada 62 vezes e que ainda persistem as tentativas de mudanças das garantias constitucionais para os povos indígenas, por meio de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

A Constituição, ao reconhecer aos índios sua organização social, seus usos, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, define um significativo parâmetro normativo, que determina o princípio do respeito à diversidade étnica e cultural. Este é o fundamento do instituto da autonomia, que orienta a relação institucional dos povos indígenas com o Estado nacional.

No decorrer destes 20 anos, a aplicação e a interpretação do texto constitucional específico aos índios continua sendo objeto de persistente incompreensão e disputa.

A eliminação da perspectiva incorporativista, com o comprometimento da limitação da capacidade civil dos índios e o correspondente fim do instituto da tutela ainda não foram integralmente aceitos por agentes públicos, bem como pela mídia.

Os setores que, antes e durante os trabalhos constituintes, atuaram contra a garantia dos direitos indígenas, atualmente prosseguem com os esforços políticos, jurídicos, administrativos, midiáticos e parlamentares para tentar fazer prevalecer a tese sobre o conceito de terras indígenas que foi derrotada na Constituinte. Como em 1988, a perspectiva é assegurar a apropriação privada das riquezas naturais existentes no solo e no subsolo das terras indígenas e evitar que estas terras sejam demarcadas e garantidas em suas corretas dimensões.

Estes setores partem de concepções restritivas e equivocadas de que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios excluem as áreas das quais suas comunidades foram violenta e agressivamente expulsas por ações de particulares ou por omissões do poder público. Esta perda ilegítima da posse da terra resultou na titulação de diversas áreas por unidades da federação, em favor de interesses privados.

O avanço destas invasões, no decorrer do século XX, gerou graves conflitos envolvendo os povos indígenas, como se constata no Mato Grosso do Sul, no sul da Bahia, em Santa Catarina, no Paraná, no Mato Grosso, em Rondônia em razão da afirmação de expressivo interesse econômico. O avanço de interesses privados e políticos, invocando razões de segurança do Estado, também motivou conflitos como se verifica em Roraima. Atualmente, busca-se corrigir estes erros históricos, na perspectiva de assegurar o direito à terra aos membros das comunidades indígenas, que se esforçam para retornar às terras que sempre ocuparam.

Invasões violentas e direito à terra

Esta é a questão central das discussões sobre o procedimento administrativo para a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Também se verifica na expectativa de declaração judicial da nulidade dos títulos imobiliários emitidos pelo Estado da Bahia na terra tradicionalmente ocupada pelos Pataxó Hã-hã-hãe e na demanda judicial em curso contra a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Não são questões novas. Trata-se de mais um embate jurídico que busca consagrar a interpretação de que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios devem ser consideradas as terras "*de posse imemorial onde os índios se achem permanentemente localizados*". Esta era a formulação que os setores conservadores (Centrão) na Constituinte não conseguiram aprovar. Esta disputa jurídica está sendo projetada em razão de interesses econômicos privados, que buscam rearticular os setores políticos, especialmente os relacionados ao agronegócio e outros segmentos da atividade econômica interessados nas terras indígenas.

Neste processo tenso e intenso, alegações sobre a suposta ameaça ao país na faixa de fronteira na Amazônia afiguram-se estapafúrdias, em especial pelo fato de que a efetiva proteção deste patrimônio nacional necessita de medidas e ações administrativas, judiciais e legislativas, sem relação com as terras indígenas, que são bens da União.

Conturbando ainda este cenário, aparecem os interesses econômicos de mineradoras, madeireiras e empresários do agronegócio que se articulam com setores das Forças Armadas e de segmentos nacionalistas, inclusive de esquerda, para criar condições políticas que viabilizem a regulação de alguns tópicos do texto constitucional, como a exploração de minérios e o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. Também pretendem regulamentar as normas para a demarcação ou a revisão dos limites das terras indígenas demarcadas em dimensões limitadas, que inviabilizam a existência destes povos como grupos sociais étnica e culturalmente distintos e diferenciados entre si e da sociedade nacional.

A melhor forma, portanto, de comemorar os 20 anos de afirmação constitucional dos direitos indígenas no Brasil é manter a mobilização ampla e articulada dos povos indígenas com os setores sociais e políticos sensíveis e solidários na consolidação de um Estado pluriétnico e pluricultural. ■

Os Guarani Kaiowá protestam contra preconceito e mentira no Mato Grosso do Sul

Durante ato em Dourados, indígenas dialogam com a população local e falam do direito à terra

Desde julho, políticos e fazendeiros do Mato Grosso do Sul estão promovendo uma intensa campanha contra a demarcação de terras indígenas no sul do estado. Para questionar as mentiras divulgadas e dialogar com a população da região, cerca de 500 Guarani Kaiowá participaram de um ato, no dia 27 de setembro, no centro de Dourados. Em faixas e discursos, os indígenas disseram a todos que querem apenas suas terras tradicionais, garantidas pela Constituição Federal.

Após anos de reivindicação, a Fundação Nacional do Índio (Funai) instalou, em julho, grupos técnicos para fazer estudos fundiários, arqueológicos e antropológicos a fim de identificar os tekohá (terra tradicional) dos Guarani Kaiowá. Como está previsto que o estudo aconteça em regiões de 26 municípios, os setores antiindígenas no Mato Grosso do Sul dizem que toda esta extensão será demarcada (12 milhões de hectares – cerca de um terço do estado). Esta campanha de desinformação, veiculada intensamente por diversos meios de comunicação, fez aumentar o preconceito contra os indígenas na região.

"Demarcação sim, violência não! Somos o povo brasileiro, não estamos tentando tomar terras, como diz nos jornais e nas televisões. Índio não é invasor de terras, muito pelo contrário, só estamos em busca dos nossos direitos, só queremos o que a Constituição diz", disse o Guarani, Leoson Mariano.

O cacique Getúlio de Oliveira, da terra indígena de Dourados, rebateu as mentiras sobre o tamanho da área reivindicado pelos Guarani Kaiowá. "Se fôssemos pegar nosso território original, iria até a Argentina, o Paraguai a Bolívia e outros estados, mas nós não queremos isso, queremos somente algumas terras onde viveram nossos antepassados. Não vamos tomar o Mato Grosso do Sul", afirmou o cacique

Participaram da caminhada indígenas das aldeias de Dourados, Campo Grande, Iguatemi e Douradina. Também estiveram no ato estudantes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e representantes de movimentos sociais do estado. Foi a primeira vez, que os indígenas fizeram uma grande mobilização em Dourados pela demarcação de suas terras e para sensibilização da população local.

Durante o ato, os indígenas e as organizações que os apóiam, reafirmaram as posições do documento ***"O diálogo como melhor caminho"***, onde propõem alternativas para a questão fundiária na região e exigem que o Governo Federal conclua a identificação das terras indígenas no prazo definido no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado em novembro de 2007. *(M. P.)* ■

Durante ato, indígenas reafirmaram suas alternativas para a questão fundiária na região e exigiram a conclusão da identificação das terras pelo governo no prazo estabelecido

Fotos: Cimi Regional MS

Diálogo como melhor caminho

A Comissão de Direitos Kaiowá Guarani de Mato Grosso do Sul e entidades aliadas, na defesa dos direitos indígenas sobre suas terras tradicionais (tekoha), assinam este documento de manifestação pública, para chamar a atenção da população sobre os exageros que estão sendo falados e de propor um debate racional do tema, para que as pessoas possam se esclarecer e opinar de forma segura nessa questão de extrema complexidade e urgência, que desafia a todos e assim decidiram:

1. Repudiar toda forma mentirosa e maldosa com que setores políticos e econômicos do Estado estimulam intrigas e promovem o ódio contra os povos indígenas, no momento que o Governo Federal, finalmente, inicia o cumprimento do artigo 231 da Constituição Federal, obedecendo ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público Federal.
2. Manifestar, mais uma vez, que as signatárias não aceitam qualquer processo de adiamento na identificação e demarcação dos tekohas do povo Guarani de Mato Grosso do Sul, como gesto mínimo do Estado Brasileiro de reparação da divida social que tem com essa população.
3. Afirmar o entendimento que o Governo Federal e Estadual, em acordo com os produtores e os índios, criem as condições legais para indenizar títulos de boa fé existentes sobre as terras indígenas. Os direitos constitucionais indígenas, não podem deixar de ser cumpridos por ingerências políticas do Estado ou da União.
4. Propor que, dentre as alternativas para a indenização de títulos de boa fé existentes sobre terras indígenas, se analise a inclusão das obrigações não cumpridas pelos proprietários rurais, relativa aos 20% de reservas legais obrigatórias nos imóveis rurais. Estas obrigações podem ajudar nas indenizações e facilitar as negociações.
5. Igualmente, propor o diálogo sincero, respeitoso e igualitário, como forma inteligente de reduzir as pressões, tranqüilizar as pessoas e estabelecer uma agenda positiva na direção do entendimento, que leve a imediata devolução das terras indígenas, de forma respeitosa, justa e sem animosidades.

Assim, sugerem as signatárias, a todas as pessoas de boa fé deste Estado. Que reflitam sobre isso e façam um juízo consciente sobre a necessária e urgente solução da questão indígena em nossa região. Para isso o caminho é a terra porque índio não sobrevive sem a sua condição básica em que terra é vida. Nesse sentido o diálogo é a ferramenta de trabalho, com a qual é possível construir uma vida melhor para todos, com respeito e dignidade ao segmento social mais pobre e sofrido do Mato Grosso do Sul, os índios Guarani (Nhandeva e Kaiowá).

Dourados/MS, 03 de Setembro de 2008.

Aty Guassu-Mobilização Kaiowa-Guarani • Comissão de Direitos Kaiowá Guarani • Ará Verá - Curso de Magistério Indígena • Tekó Arandu - Licenciatura Guarani-Kaiowa - UFGD • Campanha "Povo Guarani, Grande Povo" • Aldeia Mãe Terra-Terena Cachoeirinha • Comitê Regional de Defesa Popular-Dourados • Secretaria Municipal de Agricultura de Dourados • Conselho Indigenista Missionário - Cimi • Fundação Nacional do Índio-Funai/Dourados • Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST • Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD • Comissão Pastoral da Terra (CPT) • Centro de Defesa dos Direitos Humanos "Marçal de Souza" (CDDH) • CONLUTAS/MS • Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado/MS (PSTU) • Federação dos Trabalhadores da Educação/MS (FETEMS) • Grupo de Estudos Marxistas (GEMARX/UFMS) • Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFMS • Movimento Negro • Conferencia dos Religiosos do Brasil (CRB) Regional MS • Central Única de Trabalhadores CUT/MS • Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS/MS) • Pastoral Indigenista/MS.

Após 26 anos de espera, primeiro voto no STF é a favor dos indígenas

Ministro Eros Grau vota pela nulidade de títulos concedidos aos invasores da terra dos Pataxó Hã-hã-hãe

Foto: Cimi Regional Leste

Marcy Picanço
Repórter

Após 26 anos de espera, iniciou no dia 24 de setembro, no Supremo Tribunal Federal, o julgamento da ação que pede a nulidade dos títulos de propriedade concedidos a ocupantes da terra indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, do povo Pataxó Hã-hã-hãe, no sul da Bahia. O ministro relator do processo, Eros Grau, reconheceu o direito dos indígenas à terra e considerou os títulos nulos. Após o voto, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito pediu vistas do processo, adiando a conclusão do julgamento.

Cerca de 200 indígenas estiveram em Brasília para acompanhar o julgamento. Eles ficaram satisfeitos com o resultado parcial. "A gente estava preparado para tudo. Foi bom ter começado, por que são 26 anos de sofrimento. Agora, os mais velhos estão mais tranqüilos, vendo que podemos ter a nossa terra. Estamos confiantes, por que o primeiro voto foi muito bom", afirmou a cacique Ilza Rodrigues.

As lideranças Pataxó Hã-hã-hãe pediram à Fundação Nacional do Índio (Funai) mais policiamento na região para protegê-los de possíveis ataques. Desde os primeiros contatos com os não-índios, ainda no século XVII, os Pataxó Hã-hã-hãe sofreram muitas violências. A partir do aldeamento do povo, na década de 1920, as agressões foram constantes. Em 1937, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) delimitou a área com 54.105 hectares, mas, anos depois, nas décadas de 1940 e 1950, passou a arrendá-la. Nesse processo, indígenas foram assassinados e muitas famílias foram expulsas da terra.

Em meio a esse processo violento, os governadores da Bahia, alegando que não havia mais indígenas na terra, concederam títulos de propriedade a fazendeiros. Apesar das perseguições, várias famílias resistiram na terra e organizaram a retomada da área em 1982, ano que a Funai ingressou com a ação no STF.

Foto: Marcy Picanço

Foto: Cimi Regional Leste

Cerca de 200 indígenas estiveram em Brasília acompanhando o julgamento e ficaram satisfeitos com o resultado

Violência e resistência

Em seu voto, o ministro Eros Grau afirmou que "não há títulos de propriedade válidos no interior da reserva". Ele ponderou que nenhum dos títulos foi concedido antes de 1967, quando a Constituição já assegurava que as "terras ocupadas pelos silvícolas" eram bens da União - não podendo, portanto, serem concedidas a terceiros pelo estado da Bahia. Eros Grau destacou que, segundo os laudos e provas do processo, havia presença indígena na área em 1967. O ministro também ressaltou que a remoção de indígenas com uso de violência – o que ocorreu no caso dos Pataxó - não descaracteriza a terra indígena.

Antes de o ministro votar, o Procurador Geral da República, Antônio Fernando Souza, também recomendou que os títulos fossem considerados nulos. Souza ressaltou que o caso dos Pataxó Hã-hã-hãe não é semelhante ao processo que questiona a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol (Roraima), cujo julgamento no STF iniciou no dia 27 de agosto. O tamanho, a localização e o processo de demarcação da terra são questionados na ação sobre Raposa Serra do Sol, o que não ocorre no caso dos Pataxó Hã-hã-hãe.

Os réus da ação – o Estado da Bahia e os ocupantes da terra – foram representados, respectivamente, pelo procurador Antonio José Teles e pelo advogado Guilherme Villela, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Eles alegaram que, em 1961, o Ministério da Agricultura e o SPI afirmaram que não havia indígenas na região "apenas alguns caboclos" com capacidade para se orientarem.

O Procurador da Funai, Antônio Salmeirão, e o Advogado Geral da União, Antônio Toffoli, representaram a autora da ação – a Funai. Salmeirão lembrou que o Estado da Bahia reconhecia a presença dos indígenas na região em disputa – tanto que demarcou a área por lei estadual - e que muitos indígenas foram expulsos violentamente da terra, onde prevaleceu o poder dos interesses econômicos. Toffoli afirmou que o caso em debate era simples: as quatro perícias realizadas comprovaram que a terra é indígena, logo, juridicamente os títulos são desconsideráveis. Também lembrou que 30% dos agricultores já saíram da terra depois de receberem indenização.

A comunidade Pataxó Hã-hã-hãe foi assistente da autora da ação, representada por seu advogado Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Cimi, que acompanha o caso desde 1982. Guimarães apresentou dados da presença contínua dos Pataxó Hã-hã-hãe na área, desde o século XVII. O líder Samado Santos, que resistiu por décadas às perseguições, foi lembrado pelo advogado como herói do povo. Paulo Machado ressaltou a urgência de se reparar a grave "injustiça jurídica" que foi a distribuição dos títulos. "Os Pataxó Hã-hã-hãe existem e se desenvolvem para ser, como outros povos, orgulho de um país pluriétnico", lembrou Guimarães.

Julgamento suspenso

O entendimento do ministro Direito, no entanto, foi de que a questão não era simples. Direito também pediu vistas do processo sobre a terra Raposa Serra do Sol, depois do voto do Ministro Ayres Britto. "Entendo que as questões têm ligação; que elas partem, necessariamente, independentemente da questão dos títulos, da conceituação de terras indígenas.", afirmou Direito.

Não há data definida para a continuação do julgamento. "A gente espera que seja rápido, pois já esperamos muito por nossa terra", lembrou a cacique Ilza. ■

Dobra número de prefeitos indígenas eleitos

Em 2009, haverá seis prefeitos e 62 vereadores indígenas em 14 estados brasileiros

Marcy Picanço
Repórter

Foto: Pricila D. Carvalho

Foto: Haroldo Heleno

Baía da Traição (PB), território Potiguara, terá um vice-prefeito e três vereadores indígenas. A cidade foi a primeira a eleger um indígena para a prefeitura, em 1992. Em São João das Missões (MG), um indígena Xakriabá foi reeleito prefeito. Na Câmara Municipal, 6 vagas serão ocupadas por vereadores Xakriabá

Nas eleições que ocorreram no domingo, 5 de outubro, seis indígenas foram eleitos prefeitos em cidades brasileiras. Isto representa um crescimento de 100% em relação ao número de indígenas que tomaram posse como prefeito depois das eleições de 2004. Segundo levantamento do Cimi, também foram eleitos 3 vice-prefeitos e pelo menos 62 vereadores (as) indígenas.

Em 1º de janeiro de 2009, serão empossados os dois primeiros prefeitos indígenas do estado do Amazonas: Pedro Garcia (PT), do povo Tariano, em São Gabriel da Cachoeira e Mecias Sateré Mawé (PMN), em Barreirinha. Mecias chegou a ser considerado eleito em 2004, mas não tomou posse do cargo. Gilvan Borges, candidato mais votado naquela eleição, conseguiu reverter uma decisão da Justiça que impugnava sua candidatura e tomou posse no lugar de Mecias.

A vitória de Pedro Garcia é um marco na história de São Gabriel da Cachoeira. Apesar de ser o município mais indígena no Brasil – único com línguas indígenas co-oficiais – pela primeira vez a cidade terá um prefeito indígena.

Ainda na região amazônica, dois indígenas foram eleitos em municípios da região da terra Raposa Serra do Sol, em Roraima. Eliésio Cavalcanti (PT), do povo Makuxi, será prefeito de Uiramutã e Orlando Oliveira Justino (PSDB), do mesmo povo, foi reeleito prefeito em Normandia. Segundo o tuxaua Jacir de Sousa, do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Eliésio é "um jovem muito envolvido com a luta do povo e vai trabalhar junto com as comunidades e os tuxauas". Jacir informou que as lideranças indígenas devem se reunir em breve com Orlando para discutir as ações dele para a comunidade.

No outro município da região de Raposa Serra do Sol, Pacaraima, não foi reeleito o arrozeiro Paulo Cezar Quartiero – principal opositor à homologação em área contínua da terra indígena. "O candidato que ganhou é aliado do governo, contra a homologação, mas, pelo menos dá para a gente conversar com ele", comentou Jacir.

Indígenas na política

Os outros dois municípios que elegeram prefeitos indígenas já têm há alguns anos uma forte presença de indígenas em cargos eletivos. Em São João das Missões, Minas Gerais, José Nunes (PT), do povo Xakriabá foi reeleito com 64,99% dos votos. Na Câmara Municipal, das 9 vagas em disputa, 6 serão ocupadas por vereadores Xakriabá, sendo 5 da coligação de José Nunes. Em 2004, 4 indígenas haviam sido eleitos para a Casa.

"Eu acho que nossa vitória é resultado do trabalho que fizemos e do respaldo que povo, que é maioria na cidade, dá para a gente. E entre os não-índios, mais de 40% aprovam nosso trabalho. A gente tem feito um trabalho de buscar a harmonia", avalia José Nunes.

Apesar do bom resultado, o processo eleitoral na cidade foi muito tenso. No dia 10 de agosto, foi assassinado a facadas, o jovem Xakriabá Edson Dourado Leite, um apoiador de José Nunes. "Não acho que exista uma raiva entre índios e não-índios. É uma facção que comete esses crimes", afirma Nunes.

Na Paraíba, em Marcação, foi reeleito Paulo Sérgio (PMDB), do povo Potiguara. A cidade também terá três vereadores indígenas. Baía da Traição, outro município na região do território Potiguara terá um vice-prefeito indígena Adelson Deolindo da Silva e três vereadores indígenas - todos Potiguara. Em 12 dos últimos 16 anos, Baía da Traição foi administrada por representantes do povo Potiguara. Esta foi a primeira cidade a eleger um indígena para a prefeitura: Nancy Potiguara, eleita em 1992.

Na avaliação de Ceiça Pitaguary, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme), "muitos entraves para as comunidades acontecem nos municípios, então, cada vez, estamos nos organizando para a política partidária, para sermos prefeitos e vereadores. Nas nossas reuniões nas comunidades, discutimos sempre que as candidaturas devem agregar a maioria do povo e os eleitos devem fazer seus mandatos sempre ligados com o povo".

Até hoje, entre eleições e reeleições, 13 indígenas foram eleitos como prefeitos para 8 cidades (não considerando a eleição de Mecias Satere Mawé em 2004). ■

Foto: Markus Breuss

Foto: Priscila D. Carvalho

O cacique Aurivan dos Santos (PT/PE), conhecido por Neguinho Truká, foi o candidato a vereador mais votado em Cabrobó. Ele recebeu 1.034 votos de um total de 18.267 mil eleitores da cidade. Neguinho entrou na disputa depois que Mozeni, que era candidato a vereador também pelo PT/PE foi assassinado em agosto de 2008.

Indígenas preparam proposta para novo Estatuto

Aconteceram em Imperatriz (MA) e Recife (PE) as primeiras as reuniões regionais para elaboração do novo texto do Estatuto dos Povos Indígenas

Marcy Picanço
Repórter

Vinte anos após a promulgação da Constituição Federal, os indígenas de todo o país terão a oportunidade de enviar ao Congresso um projeto de Estatuto dos Povos Indígenas construído por comunidades de todo o país. Em 10 oficinas regionais que ocorrem entre setembro e novembro de 2008, cerca de mil indígenas discutirão a atual legislação indigenista e que darão as diretrizes para uma nova proposta de Estatuto. A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) coordena esse processo, que começou com um seminário preparatório em agosto, em Brasília.

Entre 23 e 25 de setembro, aconteceram as primeiras reuniões regionais. Em Imperatriz, no Maranhão, e em Recife, Pernambuco, cerca de 200 indígenas fizeram sugestões para o novo texto da lei. Os relatos de todas as oficinas serão encaminhados para CNPI, que sistematizará as contribuições e enviará à Câmara dos Deputados uma nova proposta para Estatuto.

Ainda está em vigor no país a Lei n.6001 – o atual Estatuto – aprovado em 1973. No início da década de 1990, depois da aprovação da Constituição, a Câmara dos Deputados começou a discutir e elaborar um novo estatuto para os povos indígenas. Em 1994, uma Comissão Especial reuniu as propostas que estavam em discussão na Casa, aprovou um substitutivo ao projeto de lei 2057/91 (o primeiro projeto apresentado sobre o tema) e o encaminhou para a mesa diretora da Câmara. No entanto, a tramitação do substitutivo está parada desde aquele ano.

Em maio de 2007, voltou a ser discutido na Câmara o Projeto nº 1610/96, do senador Romero Jucá, que trata da exploração mineral em terras indígenas. Já na primeira reunião da CNPI, em junho do ano passado, os representantes indígenas e indigenistas se mostraram indignados com o debate deste projeto fora do Estatuto dos Povos Indígenas. Decidiram então preparar um novo texto para o Estatuto, que deve regulamentar todas as questões que afetam os povos – inclusive a mineração.

Foto: Coapima

Os indígenas de todo país reivindicam que a Câmara discuta o projeto que eles encaminharão por meio da CNPI. "É preciso ter um novo estatuto, pois o atual condiz mais com a realidade. Com a nossa participação, o estatuto vai apresentar nosso pensamento e nossa forma de viver. Às vezes, as pessoas podem ter dificuldade de preparar uma proposta, mas a gente sabe falar dos problemas e dizer o que quer e o que não quer", diz Sonia Silva, do povo Guajajara, da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima).

Recife: ato lembra Truká assassinado

A oficina realizada em Recife reuniu 100 indígenas de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, além representantes de organizações indigenistas e funcionários do Ministério da Justiça (MJ). Dentre as questões debatidas, merecem destaque as contribuições na área da educação escolar indígena. As lideranças propuseram que seja criado um sistema específico para educação dos povos.

Em relação ao uso de recursos hídricos, os indígenas reafirmaram antes de iniciar qualquer obra que afetem suas terras é necessária uma lei garantindo que o empreendimento é de relevante interesse da União. Também devem ser garantidas as consultas às comunidades afetadas.

Na tarde do dia 24 de setembro, os participantes pararam os trabalhos para acompanhar o julgamento da ação referente à terra do povo Pataxó Hã-hã-hãe (Bahia) no Supremo Tribunal Federal. Após a reunião, no dia 25 de setembro, os participantes do encontro fizeram um ato em frente ao monumento Tortura Nunca Mais, no centro de Recife, para lembrar Mozeni Truká, assassinado no dia 23 de agosto. Também foi um protesto contra os processos de criminalização das lideranças indígenas no nordeste. Depois, os manifestantes foram recebidos pelo Secretário de Direitos Humanos e pelo secretário Adjunto de Segurança do Estado.

Maranhão: sem exploração de madeiras nas TIs

Em Imperatriz, estiveram 100 indígenas do Maranhão, Tocantins e Goiás, além do MJ e das organizações indigenistas. A exploração dos recursos hídricos e de outros recursos naturais também foi muito debatida neste encontro. Os povos propuseram que, quando os empreendimentos precisem ser feitos, por relevante interesse da União, eles sejam debatidos com os povos indígenas desde a elaboração do projeto.

Os indígenas afirmaram ser contrários à exploração de madeira e dos recursos não-renováveis em suas terras (incluindo minérios). "A lei precisa ser mais rígida contra os madeireiros", afirma Sônia Guajajara da Coapima. Outros recursos poderiam ser explorados a partir de um plano de manejo. ■

Serão realizadas oficinas em todo o Brasil e os relatos encaminhados à CNPI, que os sistematizará e enviará à Câmara dos Deputados

Foto: Alexandre Fonseca

Toré contra a impunidade

Alexandre Fonseca
Cimi Reginal NE

Para lembrar todos os seus parentes assassinados, indígenas Truká e de outros povos do nordeste dançaram Toré, invocando os encantados de luz, força e esperança para enfrentar a perseguições e violência, especialmente por parte do Estado.

O cacique Neguinho Truká disse: "Meu povo não agüenta mais ver nosso sangue derramado. O Estado deve tomar providências. Um Estado democrático não pode ficar conivente com os maus policiais". O povo Truká tem sido vítima de assassinatos em que policiais militares estão envolvidos e de um processo de criminalização de lideranças. Vânia, viúva de Mozenir pede que o Estado "tenha um olhar melhor para a Ilha (Ilha da Assunção, Território Truká). Não permita que o caso de Mozenir seja mais um caso", e chora.

Durante o ato, o cacique Marcos Xukuru fez um relato sobre a violência e a criminalização que afetam os povos indígenas no Brasil, destacando os povos de Pernambuco. "Estou ameaçado de morte; ando escoltado com dois policiais. Sofri um atentado em 2003 onde dois índios jovens foram assassinados. Lutamos pela melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas". ■

20 ANOS DA CON

Com mobilizações e articulações políticas, indígena

Em 5 de outubro de 1988, após intensos debates, articulações, reuniões, audiências e mobilizações, foi promulgada Constituição Federal do Brasil – chamada de Constituição Cidadã por ter princípios que visam garantir os direitos fundamentais a cidadãs e cidadãos brasileiros. Para os povos indígenas do país, a Constituição foi um marco em 488 anos de história do Brasil. Pela primeira vez, o Estado reconheceu aos índios "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

Fotos: Egon Heck e Arquivo Cimi

Marcy Picanço
Repórter

Ao longo, de suas edições em 2008, o *Porantim* tem apresentado artigos e matérias que resgatam um pouco desta história: o contexto pré-Constituinte, a presença indígena durante a Constituinte, as articulações necessárias para a aprovação do Capítulo VIII, com os artigos 231 e 232. Nesta edição, dois constituintes que foram muito importantes para aprovação do Capítulo referente aos direitos indígenas falam dessa batalha – vinte anos depois.

Dentre os muitos constituintes que estiveram ao lado dos indígenas, foram aguerridos defensores dos direitos dos povos os então deputados Haroldo Lima (PCdoB/BA) e Plínio de Arruda Sampaio, na época do PT/SP. Ambos começaram a se envolver com a questão indígena antes mesmo de serem parlamentares. "O meu posicionamento em defesa dos direitos dos povos indígenas vem desde o início de minha militância política, ainda na juventude, lá pela década de 1960", explica o atual presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima. Já o advogado Plínio de Arruda Sampaio, atualmente no PSol/SP, fala que herdou do pai a preocupação com a situação dos povos indígenas: "Meu pai tinha verdadeira preocupação com os problemas dos índios. Fazia questão de lembrar que nós tínhamos uma ascendência indígena. Então, desde criança ouvia sobre isso.".

Dentro do parlamento, antes do início da Constituinte, Haroldo e Plínio começaram a se envolver com a questão indígena acompanhando a Comissão do Índio, a primeira Comissão Permanente da Câmara dos Deputados dedicada especificamente à questão indígena. "Participei das articulações que levaram à criação da Comissão, inicialmente presidida pelo deputado Mário Juruna, do povo Xavante. Cheguei a ser vice-presidente dessa Comissão. Na Constituinte, a questão indígena continuou a ser um dos principais temas na minha atuação parlamentar", lembra Haroldo.

Plínio também se lembra dos debates da Comissão: "Certo dia, um indigenista me chamou, dizendo: 'Plínio, tem um deputado, Mozarildo Cavalcanti, que colocou para depor um coronel, você pode ajudar?' O coronel questionava por que os índios precisam de tanta terra". Plínio recorda que colocou em debate que os indígenas dependem da terra para seu sustento físico e cultural. A partir daí, envolveu-se mais com a questão. "Eu e o Severo [Gomes] fizemos vários trabalhos com a turma indigenista. Inclusive fomos a Roraima para tentar impedir os garimpeiros de acabar com os Yanomami. Pedimos para o ministro retirar os garimpeiros. Aí, me enfronhei nisso e fui um apoiador na Constituinte.", lembra.

Haroldo e Plínio também afirmam que a intensa mobilização indígena foi fundamental para que os artigos 231 e 232 fossem aprovados. Os dois também avaliam que a mobilização é indispensável para que os direitos garantidos na Carta Magna virem realidade de fato para os indígenas do Brasil.

PORANTIM – *Apesar da correlação de forças negativa para os índios na constituinte, os povos conseguiram os artigos 231 e 232. A que vocês atribuem essa vitória?*

HAROLDO LIMA – Acredito que a intensa e organizada mobilização das lideranças indígenas de todas as regiões do país, apoiada por entidades de apoio como o Cimi e a Anaí-BA, foi o fator determinante para projetar na consciência da maioria dos constituintes e das forças políticas que atuavam na Constituinte, que a aprovação de garantias constitucionais para os índios representava, como efetivamente representa, não só um resgate histórico, mas uma demonstração de que o respeito à diversidade étnica e cultural em nosso país é um patrimônio a ser enaltecido

PLÍNIO SAMPAIO – Foi uma grande vitória e acredito que isto ocorreu por que tínhamos um grupo de deputados de esquerda que era pequeno, mas era extremamente aguerrido e profundamente conectado com os movimentos populares. Os corredores e o Congresso ficaram cheios de índios. Essa pressão de massas foi importantíssima. E isso foi o interessante da Constituinte. Ela permitiu que o povo fosse ouvido. Foi um processo

***Haroldo Lima** e **Plínio de Arruda Sampaio**, congressistas à época, falam sobre o processo constituinte, seus desafios e avanços para a democracia brasileira*

NSTITUIÇÃO CIDADÃ

s conquistaram o direito às suas terras e a permanecerem indígenas

em que as minorias sentiam que tinham chance. Foi a primeira vez que os gays expuseram os problemas deles, que os quilombolas apareceram, que a comissão de prostitutas foi recebida... Todos foram para o Congresso.

PORANTIM – ***Como foi a relação de vocês com a participação indígena na Constituinte?***

HAROLDO LIMA – Nos trabalhos das comissões, mantive permanente atenção sobre os direitos dos povos indígenas, atuando também para agregar apoios políticos de outros parlamentares. Nas conversas com as lideranças indígenas, com militantes e profissionais das entidades civis e religiosas que atuavam com os povos indígenas, eu aferia os principais interesses dos índios. Este processo culminou com a tensa reunião dos representantes partidários e parlamentares que tentavam viabilizar um acordo sobre os dispositivos relacionados aos direitos indígenas. Junto com outros parlamentares, acredito ter contribuído para preservar a integridade da principal emenda que resultou no atual capítulo dos índios na Constituição [subscrita pelo então Senador Jarbas Passarinho]. Ela era muito questionada pelos parlamentares da articulação conservadora na Constituinte, chamada de "*centrão*". Neste dia, ficamos reunidos por mais de cinco horas e, na sala ao lado, estavam centenas de lideranças indígenas mobilizadas. Foi um exemplo feliz de articulação entre parlamentares e forças políticas e sociais.

PLÍNIO SAMPAIO – Eu era muito convidado pela via do Cimi, da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, por outras entidades para participar de reuniões com lideranças indígenas. Conversávamos com os caciques, acertávamos o que era importante entrar no texto... Eu era relator de outra comissão, mas quando aconteciam as reuniões decisivas para a definição do texto do capítulo sobre os direitos indígenas, eu me concentrava nestes debates. Também interferi muito naquela campanha sórdida contra a CNBB [ler mais página 10]. Mas, ao final, provou-se que não tinha nenhum interesse da CNBB que não fosse a defesa dos interesses dos índios.

PORANTIM – ***Passados 20 anos da promulgação da Constituição, como vocês avaliam a efetivação dos direitos indígenas e dos demais direitos sociais garantidos na Carta Magna ?***

HAROLDO LIMA – A exemplo de todo o processo que resultou na aprovação das garantias inscritas na Constituição, acredito que somente a mobilização permanente e o avanço da consciência crítica dos índios, ampliando os apoios que têm recebido no país contribuirá para efetivar seus direitos, considerando as ainda graves distorções e disparidades sociais e econômicas em nosso país. Somar com segmentos sociais e políticos que contribuam no avanço deste grande projeto de transformação é o desafio que os índios, como os trabalhadores no campo e na cidade, como os movimentos sociais têm enfrentado.

PLÍNIO SAMPAIO – Eu pensei que a Constituição iria por uma pedra de cal na questão das reservas. Que em 3, 4, 5 anos isso estaria resolvido. Por que a Constituição é mais do que clara em relação às terras indígenas, ela é cristalina. Infelizmente, nesse país, a lei, a favor do povo vale para 60 milhões de pessoas, enquanto 120 milhões de pobres, índios, quilombolas ainda não conseguem fazer com que seus direitos sejam respeitados.

Não adianta só a lei, precisa de organização. O povo precisa ir para as ruas. Isto vale para todos os outros direitos sociais, aos sem-terra, aos sem moradia....

Essa Constituição é o instrumento que nós temos para fazer a luta popular.

Deputado Ulisses Guimarães, então presidente da Assembléia Constituinte, com o cocar dos Kayapó, que ganhou do grupo durante o processo constituinte

Precisamos nos organizar para usar os dispositivos bons que ela tem e fazer uma forte pressão. Não acho que ela está sendo ameaçada, pois também serve aos interesses dos poderosos e, quando precisam, eles têm maneiras de não cumprir a lei. Basta ver o caso de Raposa Serra do Sol. A Constituição diz claramente o que é para fazer, o governo entrega a terra, o judiciário diz que tem que entregar, mas, depois, os fazendeiros conseguem fazer um outro processo. ■

Dom Luciano defendeu o Cimi e os índios

Durante a campanha de difamação promovida contra o Cimi pelo jornal O Estado de S.Paulo (leia mais na página 10), a primeira voz a levantar-se foi de Dom Luciano Mendes de Almeida, então presidente da CNBB. Ele participou de um debate no Senado sobre a política indigenista e contestou todas as mentiras que estavam sendo divulgadas. "A autoridade política e moral de D. Luciano foi fundamental para, pelo menos, neutralizar o impacto sobre o Cimi. Caso contrário, a instituição seria politicamente devastada, porque fomos taxados de espiões, traidores.", lembra Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Cimi.

Em 2004 – dois anos antes de falecer – Dom Luciano falou sobre o episódio aos jornalistas Cristiano Navarro e André Deak, em reportagem publicada no livro Vozes da Democracia. A seguir, um trecho da entrevista:

Por que o Estadão iniciou essa campanha? Que motivos teria?

"É difícil afirmar o porquê, mas dizia-se, na época, que [*O Estado de S. Paulo* e a mineradora Paranapanema] tinham interesses comuns. Não nos cabia chegar ao motivo, mas criticar a deturpação dos fatos. O leitor comum não teria como chegar a conhecer os fatos reais. De qualquer forma, mesmo sem intenção declarada, as razões poderiam ser três, juntas.

Primeiro, econômica, pois levantava-se a seguinte questão: 'por que não se pode entrar na mineração em terras indígenas?'. Depois, razões de segurança, pois também se dizia que o País poderia perder a unidade nacional, dando independência aos territórios indígenas. Os conceitos de nações, de povos, arrepiavam os militares daquela época. 'Não são todos brasileiros?', perguntavam. Quem usava esse conceito era contra 'a integração nacional'. Dizia-se que se não houvesse uma política indigenista que assegurasse a defesa das fronteiras nacionais, os Yanomâmi, por exemplo, poderiam querer formar uma comunidade independente. 'E quem então seguraria os outros que se seguiriam?'.

Finalmente, a terceira razão seria a defesa da miscigenação: 'Por que evitar o futuro? Os índios, mais cedo ou mais tarde, haveriam de se misturar aos brancos. Então, por que essa vontade da Igreja em impedir que os garimpeiros entrassem nos territórios indígenas?'. Queríamos isso para impedir o esfacelamento familiar, uma vez que traziam bebida e prostituição". ■

A farsa de O Estado de S. Paulo contra os índios do Brasil

Histórias da Constituinte 20 anos

Um dos principais episódios do processo constituinte foi a campanha do jornal O Estado de S.Paulo contra o Cimi para tentar impedir que os direitos indígenas fossem assegurados na Constituição. A história foi contada na reportagem de Cristiano Navarro e André Deak, no livro Vozes da Democracia, publicado em 2006. Abaixo, um resumo da reportagem.

Fac-símile da capa do Porantim – Ano X – n°101- Setembro de 1987. Nesta e em outras edições, o Porantim desmascarou a farsa criada pelo Estadão contra o Cimi (ao lado)

Na madrugada de um domingo, caminhões carregados de mentiras saíram da sede do jornal *O Estado de S. Paulo*, em direção às bancas de jornal do país. Naquele 1987, ano em que a Constituição brasileira começava a tomar forma definitiva, kombis brancas entregaram histórias falsas, disfarçadas de verdade, nas casas de seus assinantes, muitos deles advogados, deputados, senadores e tantas outras figuras decisivas para a democracia que se pretendia construir.

Naquele 9 de agosto começava uma campanha de difamação inesperada contra o Conselho Indigenista Missionário, Cimi - órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB. A primeira página dos jornais saiu às ruas com a seguinte manchete: "A conspiração contra o Brasil".

A matéria de *O Estado de S. Paulo* fazia parte da série "Os índios na nova Constituição", que foi publicada diariamente, durante uma semana. Na capa de domingo, abaixo de uma enorme foto de índios em canoas, a legenda: "A pretexto de salvar os índios, a trama para o Brasil aceitar a soberania restrita". Nos textos não-assinados, o jornal denunciava os supostos planos secretos do Cimi para tirar o controle brasileiro das terras indígenas, beneficiando mineradoras internacionais.

No dia seguinte, 10 de agosto, a campanha só estava começando: "Nem só de índios vive o Cimi", dizia a manchete. "O Cimi e seus 'irmãos do estanho'" era a capa da edição do dia 11. Segundo o *Estadão*, a entidade teria interesse em impedir a mineração nas terras indígenas para não prejudicar seus supostos parceiros internacionais, exploradores de minérios.

Nas palavras do jornal: "Criado para 'incentivar e assessorar o atendimento às populações indígenas, em suas necessidades', o Conselho Indigenista Missionário – Cimi – tem uma estranha forma de atender a esse preceito. Não há como justificar a defesa que faz da mineração de cassiterita da Malásia, um dos países que fazem parte daquilo que, nos círculos do Cimi, é conhecido como os *Tin Brothers* (os 'irmãos do estanho'). Um de seus objetivos é impedir que a exportação do estanho brasileiro ponha em dificuldades a Malásia e todos os outros países produtores do Sudeste Asiático e da Oceania. (...) Como consta do resumo que o irmão Brandt fez do encontro entre CNBB, Cimi e a Biblioteca do Desenvolvimento Econômico, sua política é 'manter as reservas minerais intactas' (...)".

Esta, sem dúvida, seria uma revelação devastadora, não fosse um detalhe: o "resumo que o irmão Brandt fez do encontro" foi completamente forjado.

Quarta-feira, 12 de agosto de 1987: "Índios, o caminho para os minérios".

Quinta-feira, 13 de agosto de 1987: "Cimi propõe a divisão do Brasil".

Sexta-feira, 14 de agosto de 1987: "O evangelho do Cimi: índio, ouro...".

"A magnitude inusitada dessa campanha mostrou claramente até onde os poderosos grupos de interesse, principalmente da indústria mineradora, estavam dispostos a ir para conseguir o direito de explorar riquezas em terras indígenas", analisa a antropóloga Alcida Rita Ramos, em um trabalho apresentado no México, em 1997.

Fora dos arquivos do Cimi e de alguns estudos acadêmicos, existem poucos registros sobre esse episódio da história de *O Estado de S. Paulo* e dos outros periódicos que o acompanharam. O *Correio Braziliense* também aderiu à campanha contra o Cimi e, dias depois, o jornal *O Globo* fez o mesmo. Por sua vez, a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, outros dos cinco mais importantes jornais diários de então, nada publicaram.

"Como não teria sido politicamente correto advogar uma política assumidamente anti-indígena, o *Estadão*, apoiado por um número considerável de parlamentares conservadores, estadistas, empresários e jornalistas, optou por jogar o Estado contra a Igreja", resume Ramos.

"Nem tudo o que faísca na série de reportagens é a mais sacrossanta expressão da verdade: documentos resultam falsos, declarações são desmentidas, intenções, negadas. (...) Uma análise medianamente bem informada da campanha mostra o propósito de influenciar a Constituinte para que as terras indígenas deixem de ser um bem da União. O nacionalismo do *Estadão* é a favor dos mineradores privados", dizia um editorial da extinta revista *Senhor* de 18 de agosto do mesmo ano.

A repercussão terminou por instaurar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional, para investigar as denúncias contra o Cimi – a única durante a Constituinte. Francisco Loebens, então coordenador do Cimi em Manaus e cujo nome foi citado em um dos documentos falsos, recorda-se de como terminou o episódio: "Infelizmente, o presidente dessa Comissão não permitiu que o relatório chegasse a ir à votação para ser aprovado. Foi uma manobra no sentido de que isso não ficasse explicitado como documento final da Comissão. Em termos oficiais, essa CPMI não deu em nada, mas, durante o processo, ficaram claros quais os interesses em jogo, e que os documentos eram falsos".

"Quando terminaram os depoimentos, ele [*o relator da CPMI*] apresentou as provas e mostrou que era uma armação. Cada um dos pontos da matéria do *Estadão* foi desmontado." afirma Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Cimi na época.

O *Estado de S. Paulo*, recorda-se Guimarães, também prestou depoimentos na CPMI, inclusive com a presença do ex-presidente do jornal, o falecido Júlio de Mesquita Neto. "Quando inquiridos sobre como chegaram a isso, responderam que 'todas as nossas conclusões foram atingidas por dedução lógica'", destaca.

"O Cimi, na época, conseguiu o direito de resposta", rememora Loebens. "E o jornal não se dispôs nem sequer a dar o mesmo destaque. Quer dizer, veicularam em corpo oito, em um único dia, com uma pequena chamada de capa para uma página interna, tudo para desinteressar as pessoas a lerem a resposta. Usaram um expediente baixo, para não contemplar o direito de resposta integral que o Cimi tinha".

Foram feitas diversas tentativas para se encontrar os jornalistas responsáveis pelas matérias publicadas pelo *Estadão* na ocasião, mas nenhum repórter ou editor contatado lembrou-se da série de reportagens. A diretoria do jornal também não respondeu às questões enviadas a *O Estado de S. Paulo*. O relato, infelizmente, não conta com "o outro lado". ■

Permitida a publicação deste artigo sem fins comerciais, desde que citada a fonte.
A íntegra da reportagem está em: wwww.intervozes.org.br e www.imesp.com.br

Fotos: Volmir Bavaresco

Na visita aos parentes que vivem na aldeia São Pedro, em Parecis (RO), Dineuza descobriu que seu pai era pajé e vivia no Igarapé Bom Jardim, afluente do rio São Pedro, lugar sagrado para o povo

Depois de 38 anos, família do povo Kwazá reencontra origem

Após décadas de procura, Dineuza visita sua terra e seus parentes em Rondônia

Volmir Bavaresco e **Laura V. P. Manso**
Cimi Regional Rondônia

O povo Kwazá vive um momento especial na sua história. Mais uma família se reencontra depois de viver distante e no anonimato por 38 anos, porém mantendo firme a esperança do reencontro, de reconstituir e pertencer ao seu povo novamente.

A história de dona Dineuza e de sua família soma-se à história de muitas famílias e de muitos povos que foram expulsos e expropriados de sua terra, de sua identidade indígena e do convívio do seu povo. Foram 38 anos que dona Dineuza ficou sem ter notícia de sua família e de seu povo. Ela sempre soube muito de sua história e lembra palavras na língua, porém não recordava o nome do seu povo.

Com a organização e o ressurgir de povos que foram tidos como extintos e integrados à sociedade, dona Dineuza, em dezembro de 2007 foi participar da assembléia do povo Cujubim. Nesta assembléia mostrou o desejo de reencontrar seu povo. Lá, relatou sua história e a partir daí começou a busca por seu povo.

A partir de histórias e fotos, a história de dona Dineuza foi remontada. Ela recordava que, quando criança (9 a 10 anos), foi viver em Pimenta Bueno – Rondônia. Naquela época seu nome era Valquíria e morava com uma parente chamada Mussolina. Depois, seu irmão, chamado Turué, a levou para viver com ele pelos lados de Cerejeiras, sul do estado, depois foi para Pimenteiras, até que se casou e foi viver em Costa Marques. Desde aquela época até agosto de 2008, ficou sem ter notícias de seus parentes.

No dia 25 de agosto de 2008, depois de 38 anos, dona Dineuza e sua filha Ledy Laura foram se encontrar com o povo Kwazá, da aldeia São Pedro, no município de Parecis (RO).

O Povo Kwazá, dona Dineuza, e sua filha Ledy Laura viveram um momento único de sua história, momento de encontro e reencontro, momento de alegria, de identificação e de reconhecimento, de acolhida, de sentir-se em "casa" e com um nome. Identificada, reconhecida e assumida pelo povo. Foi emocionante o encontro das famílias.

Dona Mussolina conta que o pai de Dineusa, Luiz Kwazá, era pajé e vivia no Igarapé Bom Jardim, afluente do rio São Pedro, lugar sagrado para o povo que ficou fora do território demarcado. Neste espaço, havia a aldeia e a maloca, onde o pai de Dineusa faleceu, à época da epidemia de sarampo. Escutando a história, Ledy Laura se encheu de plena convicção e falou: "Temos que lutar pelo nosso território tradicional, nosso local sagrado onde está enterrado meu avó", despertando no povo a vontade de conquistar este espaço sagrado do território tradicional.

Durante a longa conversa entre o povo Kwazá, dona Mussolina, Dineuza e sua filha, muitas histórias foram lembradas. Encontrava-se na aldeia Dona Sueli Kwazá, que foi registrada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como Sueli Arara. Ela disse que o nome de Dona Dineuza na língua Kwazá é "Txojcoró".

Confirmada e reconhecida pelo povo como pertencente a eles, em reunião com toda a comunidade, foi elaborado um documento em que o povo reconhece dona Dineuza e sua família como pertencentes ao povo Kwazá. Eles solicitaram à Fundação Nacional do Índio (Funai) a expedição do documento de identidade indígena de toda a família de Dineuza e também que refaça o documento da dona Sueli, colocando o nome de Kwazá e a sua idade real.

As famílias se despediram prometendo uma visita em breve.

Histórico do Povo Kwazá

O povo Kwazá se autodenomina Kwazádynãi, que significa "gente". Atualmente, 45 pessoas do povo vivem na terra Kwazá do rio São Pedro, no município de Parecis (Rodônia), e cerca de 20 pessoas moram na terra Tubarão Latundê, em Chupinguaia (Rondônia). Agora, há a família de dona Dineuza, num total de 26 pessoas, que vive em Costa Marques (Rondônia). Outras famílias Kwazá vivem espalhadas por diversas cidades do estado de Rondônia, inclusive na capital, Porto Velho.

O povo foi mencionado pela primeira vez em 1916, por Marechal Cândido Rondon. No processo de colonização de Rondônia, muitos Kwazá morreram em conflitos entre os colonizadores e os indígenas. Na década de 1940, quase toda a população foi dizimada por uma epidemia de sarampo e outras doenças.

O grupo de trabalho da Funai que fez o estudo do território tradicional dos Kwazá deixou fora da área delimitada vários lugares sagrados como as duas grandes aldeias: aldeia do rio Bom Jardim e a aldeia do igarapé Taboca. Com isso, a maior parte do território tradicional ficou fora da área que foi demarcada em 2000 e homologada em 11 de fevereiro de 2003.

O estudo feito pelo GT relata que, em 1972, o "Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária começou a licitação da gleba Corumbiara. Neste período foram licitados 22 lotes de cerca de 2 mil hectares somando 48 mil hectares sobrepostos às terras ocupadas pelo povo Kwazá". Mesmo reconhecendo este fato, a Funai demarcou a terra Kwazá do rio São Pedro com 16400 hectares – espaço reduzido que não atende a necessidade do povo. Segundo os indígenas, técnicos da Fundação alegavam que deixando de fora as terras dos fazendeiros seria mais fácil conseguir a demarcação. "Fomos enganados pelo antropólogo e outros técnicos", costumam dizer as pessoas da aldeia.

Atualmente, o Povo Kwazá reivindica a revisão de limites da TI Kwazá do rio São Pedro, porque muitos lugares sagrados para o povo ficaram fora da atual área demarcada. Além disso, desde a homologação da terra, em 2003, os indígenas reivindicam a retirada do invasor Zélio Rozzo, que teria retirado madeira, devastado a floresta e plantado pasto na área. ■

Povo Xokó celebra 30 anos de luta pela terra

Atualmente, o desafio do povo é proteger a terra ameaçada pela transposição do rio São Francisco

Jorge Vieira
Cimi Regional NE

Fotos: Jorge Vieira

A cada mês de setembro, o povo Xokó festeja o início da conquista do território tradicional - a Caiçara - com muita comida, música e Toré. Toda a comunidade participa da preparação das festas. As comemorações ocorrem na Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha, na margem direita do rio São Francisco, a cerca de 200 km da capital do estado de Sergipe, Aracaju. São 75 famílias que moram na comunidade, enquanto outros parentes trabalham nas cidades vizinhas e se reencontram durante as festas e rituais religiosos.

Até o século XIX, as cerca de 300 famílias viviam livremente cultivando milho, feijão e arroz, caçando e pescando no Opara (rio São Francisco). Às mulheres, grandes ceramistas, fabricavam panelas e potes e cuidavam da lida doméstica. Anos depois, a terra foi invadida pela família Brito. Alguns Xokó trabalharam como escravos e parte do povo foi se abrigar na aldeia Kariri, estado de Alagoas. Como relata o pajé, Raimundo Bezerra, 73, "quando fomos dominados por João Porfírio de Brito, tínhamos que trabalhar o ano todo e ainda ficávamos devendo pra ele. A nossa produção tinha que ser vendida ao 'coronel', senão seria expulso da própria terra".

Por mais de um século, os Xokó foram silenciados pela catequese dos frades italianos e pelos fazendeiros. Convivendo com membros de uma comunidade negra vizinha da aldeia - o Mocambo – os Xokó eram tratados como os negros da Caiçara. Para os fazendeiros não existiam mais indígenas na região.

Entretanto, em 1978, os índios não votaram no candidato do coronel João Brito, por isso foram expulsos da terra, proibidos de dançar o toré e de receber a equipe de pastoral da diocese de Propriá, Sergipe. Diante disso, as lideranças Xokó resolveram lutar para retomar a terra, o que causou a ira dos fazendeiros, do delegado, do juiz da Comarca e de políticos, provocando violência contra as lideranças.

Em 9 de setembro de 1979, retomaram a Ilha de São Pedro, com 96,5 hectares. As perseguições e ameaças de mortes aumentaram. Mas a união da comunidade e o apoio dos aliados foram fundamentais para garantir a resistência na terra. Apesar das ameaças, a posse da ilha impulsionou a luta para retomar todo o território tradicional. Cansados de esperar, retomaram a Caiçara em 1987, sendo expulsos por jagunços e policiais militares de Sergipe. Depois do envio de muitos documentos, de viagens para Aracaju e Brasília e da ocupação durante seis meses da sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Maceió, em 24 de dezembro de 1991 Caiçara foi homologada com 4.220 hectares.

Depois de três décadas de luta, a comunidade está conquistando sua autonomia. Como expressa o desabafo de uma das lideranças mais velhas, Antônio Medeiros, 84: "aqui se acabou essa história de patrão. Ninguém é patrão de ninguém. Quem manda é a nossa comunidade, porque, quando não dá certo, a gente mesmo desmantela e faz outra. Ninguém vai se queixar de ninguém".

Há oito anos, os Xokó voltaram a praticar seu ritual tradicional no Ouricuri – lugar sagrado. O povo se encontra quinzenalmente para celebrar seus costumes religiosos e fortalecer sua identidade étnica. "A nossa religião fortalece a nossa cultura e nossa resistência", destacou a liderança religiosa Girleno Xokó, 57.

Para o membro da Comissão Nacional de Política indigenista (CNPI), Lindomar Xokó, 33, "o nosso grande desafio hoje é garantir proteção da nossa terra, ameaçada com a transposição do São Francisco".

As famílias trabalham com agricultura e pecuária, alguns membros são funcionários públicos e outros pescam. Entretanto, depois da construção das hidrelétricas, o peixe praticamente desapareceu e ficou prejudicado o cultivo do arroz nas lagoas. Quando o rio enche, inunda as plantações. Sobre a transposição, diz o pajé Raimundo Xokó; "isso complica muito. O São Francisco está morto. Como vai ficar a situação da gente? Nós não fomos ouvidos". ■

Vivem na comunidade 75 famílias que trabalham na agricultura, pecuária e pesca. Porém, após a construção das hidrelétricas, o peixe praticamente desapareceu e ficou prejudicado o cultivo de arroz nas lagoas

Sul da Bahia

Mulheres indígenas trocam experiências com camponesas da região

Alda Maria
Cimi Regional Leste – Equipe Itabuna

Mulheres dos povos Tupinambá e Pataxó Hã-hã-hãe e camponesas que vivem no sul da Bahia realizam, desde o início do ano, um intercâmbio de experiências e reflexões. O terceiro encontro deste processo aconteceu entre 14 a 16 de agosto, na comunidade dos Tupinambá da Serra do Padeiro, perto de Itabuna, reunindo mais de 50 mulheres.

A proposta do intercâmbio é promover a articulação entre as mulheres do campo a partir da troca de experiências. O primeiro encontro ocorreu em abril, no Acampamento das Mulheres, em Salvador, que reuniu cerca de 2 mil trabalhadoras rurais e indígenas. O segundo, aconteceu no assentamento Terra Vista, município de Arataca, em julho, onde indígenas e componesas conheceram as experiências de roças comunitárias, viveiros de mudas com plantas nativas, frutíferas e árvores para reflorestamento.

No terceiro encontro, o trabalho das mulheres na produção da farinha foi o destaque. Foram três dias de muito trabalho, muita chuva, mas também de muita alegria e gratificação. Foi uma oportunidade para entender que as mulheres fazem a diferença no campo também nos trabalhos pesados. As Irmãs Agostinianas, o Cimi e a pesquisadora Ulla Macedo (Universidade Federal da Bahia) também participaram do encontro.

Como resultado, o grupo produziu, além dos ricos momentos de conversas, 8 sacos de farinha, 10 espécies de beijus, goma, farinha de tapioca e puba. Todas as participantes avaliaram a experiência como marcante e importante para o fortalecimento da luta das mulheres do campo por suas terras. Em dezembro, deve ocorrer o encontro anual de aprofundamento e avaliação. ■

Foto: VAlda Maria

Neste terceiro encontro, o trabalho das mulheres na produção da farinha foi o destaque. Como resultado, o grupo produziu, além das reflexões, 8 sacos de farinha, 10 espécies de beijus, goma, farinha de tapioca e puba

Após assassinatos, governo boliviano tenta acordo com governadores opositores

Estados da oposição não aceitam acordo e discussão sobre nova Constituição vai para o Congresso

Foto: Antonio Cruz/ABr

O presidente Evo Morales estabeleceu diálogo com os governadores dos departamento (estados) contrários ao plebiscito sobre a nova Constituição boliviana. Em setembro, os opositores de Morales incentivaram conflitos em diversas cidades que resultaram em, pelo menos, 20 camponeses mortos, centenas de desaparecidos e feridos. Após uma trégua da oposição e com apoio dos presidentes da América do Sul, as discussões começaram no dia 18 de setembro, em Cochabamba.

No dia 5 de outubro, no entanto, o debate chegou ao fim sem consenso. As autoridades dos departamentos de Santa Cruz, Tarija, Beni e Chuquisaca não firmaram o documento de acordo nacional. Agora, as negociações devem ir para o Congresso Nacional, que deverá emitir uma lei convocando o referendo sobre a nova Constituição.

Os governadores de Cochabamba, Oruro, Potosí, La Paz e Pando, a Federação de Associações Municipais (FAM) e a bancada parlamentar do Movimento ao Socialismo (MAS) aceitaram o acordo, mesmo sem o respaldo dos opositores que integram o Conselho Nacional Democrático (Conalde).

O acordo visava o estabelecimento de consensos sobre autonomia e sua constitucionalização, além de garantir a convocação do referendo sobre o limite para extensão das terras privadas e sobre o projeto da nova Constituição.

"Lamentamos que os governadores da oposição não aderiram a um acordo nacional, de grande expectativa para o povo boliviano e, fundamentalmente, para as regiões impulsionadoras do processo autonômico", disse o ministro de Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Meio Ambiente, Carlos Romero, em coletiva de imprensa após o fim das discussões.

De acordo com ele, quando os temas das autonomias e do imposto sobre o gás já estavam acordados, os governadores apareceram com outros pretextos para não assinarem o documento. Tal decisão, segundo Romero, leva o diálogo para o Congresso, onde o MAS, partido do governo, não tem os dois terços de votos exigidos para a aprovação de leis.

Já o governador de Tarija, Mario Cossío, afirmou, em nome dos governadores da oposição, que não houve acordo porque não se alcançaram as condições necessárias. De acordo com ele, os líderes opositores reivindicavam a abertura de negociações sobre temas essenciais do novo texto constitucional, aprovado pela Assembléia Constituinte em dezembro do ano passado. "Nossa maior preocupação esteve centrada em convencer o governo a abrir uma discussão verdadeira e profunda sobre a Constituição", disse Cossío, que enfatizou que tal "divergência democrática" não deve significar um novo ciclo de violência e enfrentamentos.

A reunião do dia 5 foi presidida pelo presidente Evo Morales e pelo vice-presidente Álvaro García Linera. Ela teve a presença de representantes das igrejas Católica e Metodista, além de observadores nacionais e internacionais.

Um dia depois da reunião, o chefe da missão da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Juan Gabriel Valdés, negou que o diálogo entre o governo e os governadores tenha fracassado. Valdés afirmou que foram alcançados avanços importantes abrindo assim uma segunda fase nas negociações. Segundo o chefe da missão na Bolívia, há um pleno respeito ao regime constitucional e ao governo democrático de Evo Morales. A Unasul, que reúne presidentes dos países da América do Sul, continuará acompanhando o diálogo entre governo e oposição.

No dia 13 de outubro, uma grande marcha dos movimentos sociais bolivianos partiu em direção à La Paz. Eles pressionaram os parlamentares para que estes convoquem a consulta sobre a Constituição.

O acordo consolidaria consensos sobre autonomia e sua constitucionalização, além de garantir a convocação do referendo sobre o limite para extensão das terras privadas e sobre o projeto da nova Constituição. Porém, os governadores da oposição não aderiram

MASSACRE EM PANDO

18 pessoas assassinadas em ataque apoiado por governador

Mais de 20 pessoas morreram e centenas ficaram feridas e desaparecidas durantes os dias de protestos incentivados pelos governadores que fazem oposição a Evo Morales. Além disso, instituições estatais na região leste da Bolívia foram tomadas e saqueadas; funcionários do governo central foram agredidos e gasodutos foram danificados. O episódio mais violento ocorreu no dia 11 de setembro, em Pando, onde 18 camponeses pró-Morales foram assassinados num ataque que teve apoio do governador do estado, Leopoldo Fernández. Ele foi preso no dia 16 de setembro acusado de ter promovido os assassinatos, ao armar seus empregados e contratar pistoleiros peruanos e brasileiros.

Após o massacre, os presidentes dos países integrantes da União Sul-americana de Nações (Unasul) se reuniram no dia 15 de setembro, no Chile, e declararam apoio a Morales e à integridade boliviana e decidiram acompanhar o diálogo entre governo e oposição no país. A Unasul também está acompanhando a investigação sobre o massacre de Pando.

Na Bolívia, a tensão entre a elite minoritária e maioria indígena e camponesa está forte desde dezembro do ano passado, quando a nova Constituição foi aprovada pela Assembléia Constituinte. No entanto, a situação piorou a partir do dia 10 de agosto, quando a população boliviana decidiu manter Evo Morales no cargo, por meio de um plebiscito onde Evo teve 67,41% de apoio.

Depois da votação, os governadores e comitês cívicos da chamada meia-lua (Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando) deram início a uma série de mobilizações contra o governo. Os objetivos dos protestos eram basicamente dois: forçar o governo federal a devolver parte do imposto sobre o gás (o IDH), que foi cortado dos estados para financiar uma bolsa aos idosos, e impedir a realização de um referendo para aprovar a nova Constituição, rejeitada pela oposição.

Interferência dos EUA

Em meio aos protestos, no dia 10 de setembro, Morales determinou a expulsão do embaixador estadunidense no país, Philip Goldberg, acusado de fomentar a divisão da Bolívia, apoiando a oposição dos estados do leste. Em seguida, o governo dos EUA expulsou o embaixador boliviano em Washington. ■

(Informações Agência Adital e Agência Brasil de Fato)

MAKUNAIMÎ
o grande pajé Makuxi

Ele fez desenhos marcando os lugares onde o povo deveria viver sem perturbações

Mayra Celina
Conselho Indígena de Roraima

Dizem os mais velhos que Makunaimî nasceu no pé da Serra Marari e morou vários anos naquele local. Depois passou a morar na Pedra Pintada, fez uma casa e um malocão muito grande. Casou e teve dois filhos: Ani'ke e Insikiran e sua esposa chamava-se Ariipa. Ela nasceu de dentro do Monte Roraima.

Makunaimî foi um homem sábio, inteligente e tinha o poder de fazer coisas extraordinárias. Em tudo o que pedia, era atendido. Quando acontecia uma tempestade, bastava ele falar, que a chuva e os ventos paravam. Ressuscitava até mortos. Makunaimî foi um pajé muito forte. Desde seu tempo até hoje, os povos Makuxi tem os seus pajés – graças a Makunaimî. Aquele que deixou o dom da saúde. Ensinou os seus dois filhos a viver. Costumava fazer tapão e jiqui para pegar peixe para alimentar os filhos.

Com desenhos, deixou sinalizado nas pedras onde seus descendentes deviam morar sem perturbações. Nas terras onde os Makuxi viviam e vivem, existem desenhos deixados por Makuanimî, por isso e que se luta por ela. São terras dos Makuxi e que Makunaimî deixou. Na Pedra Pintada, deixou vários desenhos com significados de muito valor. Fez um lago para o povo Makuxi. O nome do lago é Caracaranã.

Por onde Makunaimî passou desenhando, são terras para o povo indígena morar. Ainda hoje, existem sinais bem visíveis nas pedras onde Makunaimî desenhou. Por muito tempo Makunaimî morou no Monte Roraima, mais depois saiu para conhecer o mundo.

Desde sempre, os povos Makuxi viviam na região, que hoje é o nordeste de Roraima. É uma região de serras e lavrados, onde seus avós, bisavós e antepassados viveram. O Makuxi é um povo de tronco lingüístico Karib. São fortes, guerreiros e lutadores. Tem a sua própria língua, costumes, respeitam a natureza, apreciam festas e trabalhos, de acordo com as necessidades e decisões dos tuxauas. Suas terras, há muitos séculos, estão invadidas por não índios que não tiveram nenhum respeito pelo modo de vida dos Makuxi.

Segundo a crença Makuxi, o Monte Roraima foi onde Makunaimî morou muito tempo. As terras por onde ele passou desenhando, são para o povo morar

Os avós Makuxi sempre reconheceram a presença de Paapa (Deus na língua Makuxi), fazendo rituais e acreditando nos ancestrais Makunaimî, Insikiran e Ani'ke.

Uma história de Ani'ke e Insikiran

Havia um lago onde era proibido cair dentro para tomar banho. Certo dia, o Ani'ke, irmão do Insikiran, caiu dentro e logo veio um peixe muito grande e o engoliu. Depois de três dias conseguiram pegar o peixe. Abriram o peixe com muito cuidado, tiraram o Ani'ke que já estava morto e o Insikiran começou a fazer pajelança e a bater folhas até que conseguiu ressuscitar seu irmão.

Contam que Ani'ke – o mais jovem – era muito esperto e curioso. No início dos tempos, ele contou muitas histórias que foram passadas adiantes de geração em geração.

Os outros filhos de Makunaimî

Além dos Makuxi, os demais povos que vivem na região nordeste de Roraima, Wapichana, Patamoma, Taurepang e Ingarinkó também têm em Makunaimî seu grande pajé. A maneira como pronunciam o nome muda um pouco e algumas manifestações também são distintas. ■

**Com base no livro – Filhos de Makunaimî*

Foto: CIR

Raposa Serra do Sol

***Povos**: Makuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona e Ingarikó*

***Número de habitantes**: Cerca de 19 mil indígenas*

***Área**: 1,7 milhão de ha*

Assine o PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO
Agência: 606-8 – Conta Corrente: 144.473-5
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: **R$ 40,00** | *Ass. de apoio: **R$ 60,00** | América Latina: **US$ 40,00** | Outros países: **US$ 60,00**

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

Legislação

Indígenas encaminham à OIT avaliação sobre aplicação da Convenção 169 no Brasil

Estado não realiza consultas sobre algumas obras que impactam indígenas e não demarca terras Guarani Kaiowá

No dia 1º de setembro, o informe sobre a aplicação no Brasil da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais foi entregue na sede da organização em Brasília. O documento elaborado por organizações indígenas, apresenta os problemas no cumprimento da Convenção, com destaque para cinco casos emblemáticos: transposição do rio São Francisco, hidrelétrica de Belo Monte (PA), demarcação da terra Raposa Serra do Sol (RR), mineração na terra dos Cinta Larga (RO) e situação dos Guarani Kaiowá (MS).

Desde 2004, a Convenção 169 tem valor de lei ordinária no país. Seus artigos asseguram aos povos indígenas o direito à autoidentificação, à consulta prévia e informada sobre toda ação ou obra que pode impactar as terras indígenas e à participação na elaboração das políticas voltadas para os povos, entre outros direitos. O informe, no entanto, apontou que em muitas situações esses direitos não estão sendo respeitados. Por exemplo, diversos povos indígenas que vivem no Nordeste continuam sendo chamados de "falsos indígenas" por setores contrários às suas reivindicações.

No caso de grandes projetos que impactam povos indígenas, como a hidrelétrica de Belo Monte (Pará) e a transposição das águas do rio São Francisco, o informe destaca que não ocorreu uma consulta aos povos como define o artigo 6º da Convenção.

Em relação ao não cumprimento dos direitos territoriais, o informe destaca a falta de demarcação de terras para o povo Kaiowá Guarani, que vive à beira de estradas ou confinado em pequenos pedaços de terra no Mato Grosso do Sul. O povo enfrenta os piores índices de desnutrição, mortalidade infantil, assassinado e suicídio entre os povos indígenas brasileiros.

O documento também trata das constantes invasões à terra dos Cinta-Larga, em Rondônia, para exploração ilegal de minérios.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme), o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e o Warã Instituto Indígena Brasileiro foram as organizações que apresentaram o informe.

O informe foi encaminhado pela Central Única dos Trabalhadores, com apoio da Central Sindical das Américas. A CUT também enviou uma avaliação sobre a aplicação da Convenção 169 em relação aos quilombolas feito por organizações quilombolas.

O informe será analisado pelo Comitê de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações da OIT, em Genebra. Após análise, o Comitê pode pedir mais informações e esclarecimentos ao Estado brasileiro. *(Marcy Picanço)* ■

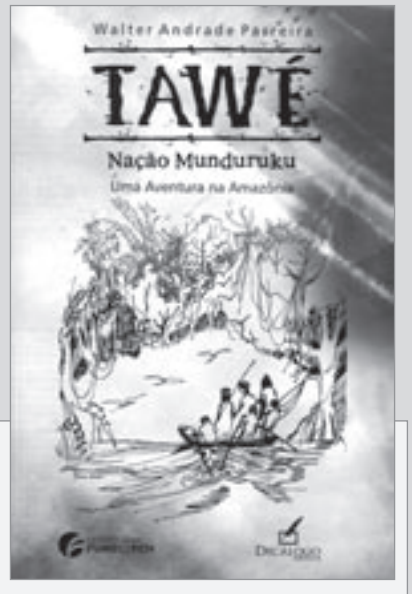
Resenha

Tawé, nação Munduruku – uma aventura na Amazônia

Eram tempos difíceis, nos anos 70, em plena ditadura militar, quando os Munduruku se viam ameaçados pelo avanço de fazendeiros e madeireiros em seus territórios. É nesse contexto que se passa a narrativa do livro de Walter Parreira. O livro descreve o modo de vida singular, incomum e admirável dos índios Mõnjoroko (ou Munduruku) – os "cortadores de cabeças", habitantes do sudoeste do Pará, leste do Amazonas e norte do Mato Grosso.

É um povo de tradição guerreira, que tinha a prática, quando hostilizado ou invadido, de decapitar os inimigos, mumificar suas cabeças e pendurá-las em paus em torno de suas aldeias, de modo a formar um cinturão de proteção "sobrenatural" e afugentar os invasores. Um povo que se dividiu em duas linhagens – os "filhos-do-sol" e os "filhos-da-lua" –, uma estratégia para evitar casamentos consangüíneos.

"Tawé, nação Munduruku – uma aventura na Amazônia" relata o modo primitivo de luta pela sobrevivência de Tawé, cacique dos Munduruku, homenageado no título do livro, de seu povo e da relação entre com a natureza e com o ser humano. O povo Mõnjoroko, rico em sabedoria e encantos, tem, na partilha, na generosidade e na fraternidade, assim como no respeito e reverência à natureza e ao homem – expressões do sagrado – os fundamentos da sua existência e da sua sociedade. ■



Tawé, nação Munduruku uma aventura na Amazônia

Walter Andrade Parreira

Decálogo/Universidade Fumec, Belo Horizonte-MG

Legendas – fotos página 16

1- Votação no Plenário do texto da Emenda de substitutivo do Capítulo VIII (dos índios), em julho de 1988. Entre os deputados Mário Covas (PSDB) e Lula (PT)

2- Grupo Kayapó no Congresso Nacional acompanhando o processo constituinte

3- Índio Kayapó em alojamento, preparando-se para seguir viagem

4- Reunião dos índios com a liderança do PMDB

5- Grupo Kayapó no Congresso Nacional acompanhando o processo constituinte

6- Indígenas aguardam no auditório da liderança do PMDB o fechamento do acordo de lideranças partidárias

7- Curso sobre a Constituição com assessores e lideranças indígenas na escola Santa Maria, em Brasília

8- Lideranças Xukuru, entre elas o cacique Xikão Xukuru, acompanhando o processo constituinte

9- Lideranças indígenas no Congresso Nacional

10- Grupo de índios e parlamentares em reunião com o Procurado Geral da República

11- Indígenas com o então reitor da UnB, Cristóvam Buarque

Fotos: Egon Heck

APOIADORES
caritas
HORIZONT 3000
Oka Austria
UNIÃO EUROPÉIA
PORANTIM